

16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: o movimento de luta em um contexto regional

Daniel Luciano Gevehr*
Roberto Tadeu Ramos Morais**
Mônica Juliana Facio***
Diogo da Silva Corrêa****

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar como se deu a implementação da campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher” no município de Taquara, localizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Analisa-se, a partir da campanha em nível internacional, a importância do debate sobre violência de gênero. A metodologia empregada foi a descritiva e se deu a partir de fontes bibliográficas e coleta de dados na página oficial da campanha internacional, no conteúdo da página do Facebook da campanha municipal e nas mídias de comunicação locais. Como resultados, pode-se apontar que a dinâmica empregada no município esteve em consonância com os propósitos pensados originalmente em nível global: pluralidade de atores envolvidos, flexibilidade na organização das ações (governo e sociedade civil), tendo como principal resultado a criação da lei municipal nº 6187/2019.

Palavras-chave: 16 dias de ativismo, violência contra a mulher, violência de gênero.

Abstract

The present article's goal is to analyze how the “16 Days of Activism for the End of the Violence against Woman” campaign implementation happened at the municipality of Taquara, which is located in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. It analyzes, from the campaign in international level, the importance of the debate about the gender violence. The methodology employed was the descriptive one, and it started from the bibliographical sources and data collect in the international campaign official page, in the content of the municipal campaign Facebook page and in the local communication medias. As results, it may appoint that the employed dynamic in the county was in line to the purposes originally thoughts in a global level: plurality of actors involved, flexibility in the organization of the actions (government and civil society), having as main result the creation of the municipal law nº 6187/2019.

Keywords: 16 days of activism, violence against woman, gender violence.

* Doutor em História (2007) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR - FACCAT).

** Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. É professor do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (mestrado) das Faculdades Integradas de Taquara e Vice-Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação.

*** Graduada em Filosofia licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007). Mestranda em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) e é vereadora do município de Taquara.

**** Bacharel em Direito pela Universidade Feevale e Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

INTRODUÇÃO

Estimativas da ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, apontam que a violência física ou sexual já fez parte da história de vida de 35% das mulheres em todo o mundo. Estima-se, ainda, que das 87.000 mulheres vítimas fatais em 2017 em todo o mundo, mais da metade, 58%, tiveram como algozes seus parceiros íntimos ou familiares (UN WOMEN, 2019).

No Brasil, a violência contra a mulher ainda é muito presente. Segundo pesquisa DataSenado sobre violência doméstica e familiar (2015), uma em cada cinco mulheres já foi espancada pelo atual ou ex-marido, companheiro ou namorado. Apesar de conquistas como a Lei Maria da Penha, Lei 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006) e a inclusão do feminicídio no Código Penal a partir da sanção da Lei 13.104 de 2015 (BRASIL, 2015) ainda existe muito trabalho de prevenção e controle a ser feito.

Em consonância com esses fatores, a mídia, de forma mais expressiva a televisão e as redes sociais, tem dado cada vez mais visibilidade às questões de gênero, numa dimensão sem precedente. Conforme Pinski (2012, p.470): “Mulher é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser [...]”. Essa visibilidade ampliou a discussão sobre as identidades de gênero, suas representações e as diferentes construções sociais a elas associadas, rompendo o longo período de silêncio no qual estiveram as categorias que estão fora da noção de heteronormatividade¹. Romper com esse silêncio é, sem dúvida, uma necessidade na sociedade contemporânea onde a diversidade e o alargamento do entendimento sobre as questões de gênero ganham destaque.

Nesse contexto, propõe-se uma discussão sobre as questões de gênero, no âmbito do combate às práticas de violência contra a mulher. Tal temática se justifica na medida em que ainda prevalece, em muitos contextos do Brasil, a condição de passividade ou de silenciamento e invisibilidade das mulheres. Em pleno século XXI, elas ainda aparecem, muitas vezes, como coadjuvantes no

processo de construção da memória social e da própria escrita da história, fortalecendo estereótipos de submissão que permitem a escalada das mais variadas violências.

Por essa razão, justifica-se a luta pela produção de imagens e representações sobre o universo feminino como elementos simbólicos na construção social. Perrot (2005, p. 478) afirma que aspectos como a aparência, a distinção e a representação fazem parte das ‘sociedades da imagem e da comunicação’. A mulher aparece como exemplo da manipulação da imagem, que busca reproduzir modelos e padrões, construídos socialmente, e que buscam, antes de tudo, inserir a mulher dentro de ‘determinados padrões e categorias’, pensados, quase sempre, pelos homens.

Condutas não enquadradas nos padrões da heteronormatividade são ainda objeto de crítica e até mesmo de justificativa para ações violentas praticadas contra as mulheres. Esses mesmos padrões de comportamento estão presentes nas representações, construídas sobre a família e mais ainda sobre a mulher, onde prevalece a imagem da mulher casada, mãe e dona de casa, numa condição de submissão econômica social e moral em relação ao marido, que impõe as regras de convivência nas esferas privada e pública.

Aspectos da recente história política e social brasileira se entrecruzam com uma verdadeira cruzada moral que vem se desdobrando por quase duas décadas até emergir entre 2011, 2013 e 2014 por um trabalho contínuo de grupos de interesse que, desde então, têm atuado como ‘empreendedores morais’ que vislumbraram na criminalização da política e de movimentos sociais um campo fecundo para atuar como o medo e com a desinformação, fortalecendo a pauta moral, religiosa ou não (MISKOLCI, 2018). Exemplo disso foram os episódios de violência contra a filósofa feminista estadunidense Judith Butler, em recentemente visita ao Brasil em 2017. Um grupo de manifestantes afirmava que a presença de Butler, uma das mais importantes pesquisadoras sobre as identidades e relações de gênero, afrontava a moral cristã da família tradicional brasileira,

¹ preceito que determina que todos os indivíduos devem organizar suas vidas a partir da noção de heterossexualidade (NOGUEIRA; COLLING, 2015, p.356)

fazendo-a alvo de agressões verbais, no Aeroporto de Congonhas (OBEID, 2017).

Promover reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, a importância da mobilização pela equidade e a erradicação das formas de violência de gênero são questões da pauta contemporânea. Além disso, romper com os estigmas dos termos: ‘ideologia de gênero’ e ‘doutrinação de gênero’ são, sem dúvida, questões urgentes para repensar e combater os retrocessos que pretendem silenciar as vozes sobre a diversidade de gênero, manter a invisibilidade da mulher e do próprio movimento feminista.

A luta em defesa da visibilidade e da garantia dos direitos da mulher, insere-se neste amplo debate sobre as reconfigurações e ressignificações sobre as identidades e papéis das mulheres, não aceitando a imposição de símbolos que são forças motrizes das variadas formas de violência de gênero. O presente estudo está dividido da seguinte forma, além da introdução: na seção que segue traça-se uma trajetória da campanha global dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher; posteriormente, discute-se a implementação da referida campanha no município de Taquara (RS) e, por fim, apontam-se as considerações finais.

1. CAMPANHA: ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Num primeiro momento, pretende-se traçar parte da trajetória de construção da campanha mundial de conscientização sobre as violências contra mulheres e de como foram se instrumentalizando as pautas de emancipação de meninas e mulheres.

Gestado na Escola de Artes e Ciências da *Rutgers University*, instituição do Estado de Nova Jersey – o *Center for Women’s Global Leadership (CWGL)* foi formalmente reconhecido em 1989 com o intuito de fomentar campanhas que estimulassem a liderança de mulheres, principalmente no meio acadêmico. A partir da expansão dos vínculos com o Escritório de Programas Internacionais e o Instituto de Liderança das Mulheres (*IWL*) a atividades de planejamento estratégico, monitoramento e advocacia, publicações e desenvolvimento das capacitações voltadas ao direitos

humanos passaram a ter alcance em escala global (RUTGERS, 2019).

Pautando-se pela produção e disseminação de experiências sob o prisma feminista acerca de questões como desenvolvimento, paz, saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e direitos humanos o trabalho do *CWGL* se destacou na área das políticas internacionais. Dois anos após sua fundação, o *CWGL* convoca o primeiro *Women’s Global Leadership Institute (WGLI)*, evento que reuniu 23 participantes provenientes de diferentes países sendo contempladas todas as regiões do mundo. Cada um deles com suas vivências e pontos de vistas sobre a gravidade dos abusos sofridos por mulheres e meninas em todo o mundo debateram por duas semanas a importância de reconhecer os direitos das mulheres como direitos humanos (CENTER, 2019a).

Advogados, formuladores de políticas, professores, profissionais de saúde, pesquisadores, jornalistas e ativistas trocaram experiências e, conseqüentemente, iniciaram o desenvolvimento estratégias para aumentar a conscientização internacional sobre a natureza sistêmica da violência contra as mulheres e expor essa violência como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Dessa forma, a principal estratégia encaminhada foi articulação em rede entre diversos atores, principalmente mulheres líderes que trabalham nessa área, para estimular a conscientização sobre a violência baseada em gênero por meio da campanha dos 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero (ROCHE; BIRON; REILLY, 1995).

A ideia foi instituir um período específico no ano para debater essas questões de violência de gênero em diversos locais do mundo. O período escolhido faz uma alusão a importância do reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos, iniciando no dia 25 de novembro, dia Internacional da Não-violência Contra a Mulher na América Latina, até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos). Além disso, a campanha perpassa e inclui o 1º de dezembro, dia Mundial da Aids e 6 de dezembro marcando o aniversário do conhecido como “Massacre em Montreal” em que um homem invadiu uma universidade e premeditadamente assassinou 14 mulheres pelo fato

de elas serem proeminentes feministas (SOUZA, 2018) (ROCHE; BIRON; REILLY, 1995).

Segundo a diretora fundadora do CWGL, Charlotte Bunch, o propósito foi organizar espaços de convivência e de debates para as mulheres em todos os níveis para fortalecer o empoderamento de fato. Eles se tornariam vitais para a constituição de mulheres defensoras de suas causas na perspectiva de atuarem politicamente em movimentos, bem como partidos políticos e nos diversos espaços de decisão na sociedade (EISLER, 2016).

Dessa forma, o CWGL coordenou em conjunto com representantes locais, nacionais, ONGs, Sindicatos e população em geral 18 diferentes atividades de promoção da campanha. O evento de Nova York que lançou 16 dias na América do Norte em 26 de novembro foi marcado pelo lançamento oficial da petição que exigia o comprometimento pela Conferência das Nações Unidas de pautar os direitos das mulheres e apontar ações efetivas de enfrentamento às violências (CENTER, 2019b).

No seu segundo ano, a campanha alcança um importante avanço na construção feminista, que se desenvolvia desde a década de 1970, quando temas dessa natureza eram debatidos nas Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre Mulheres. O reconhecimento das violências contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos pela Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Viena 1993, foi uma conquista histórica para o movimento feminista:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional (ONU, 1993).

Fruto do empenho de feministas do mundo todo que teve como força motriz os eventos dos 16 dias de ativismo, o reconhecimento foi provocado por uma petição mundial distribuída para 124 países e traduzida para 23 idiomas, mesmo em uma época em que os meios de comunicação pela internet não eram generalizados (CENTER, 2019b).

Segundo Roche, Biron e Rielly (1995), a partir desse movimento que mudava o paradigma dos direitos das mulheres e transformou a dinâmica da organização feminina mundial, estabelece-se uma pauta comum que unificava as reivindicações no final dos anos 80: a violência contra as mulheres era um fenômeno universal. O tema “Mulheres, violência e direitos humanos” vinculou ações de ativismo local e as organizações de defesa de direitos internacional (*advocacy*) disseminando experiências.

Nos anos posteriores a campanha tomava, cada vez mais, proporções mundiais. Porém, por ter um caráter flexível para adaptação às realidades locais, os dados referentes aos eventos e países envolvidos geralmente são estimados. As ações são espontaneamente informadas ao CWGL que as divulga na sua página na internet. Em 2017 o CWGL compilou os dados em relatório que se baseou no banco de dados do site, entre 2009 e 2015, nas redes sociais e na análise de mídia em geral (CENTER, 2019b). No quadro 1, observa-se o crescente número de países e organizações participantes da campanha no lapso temporal entre os anos de 2000 até 2015.

Quadro 1: Número de países e organizações participantes dos 16 dias de ativismo entre os anos 2000 e 2015

Ano	Nº de Países	Nº de organizações participantes
2000	108	800
2003	130	1000
2006	149	1700
2009	165	3000
2010	170	3700
2011	172	4114
2012	183	5167
2013	183	5179
2014	183	5478

2015	186	N/A
------	-----	-----

Fonte: CENTER (2017)

Dados de 2018 dão conta de que o número de países participantes se estabilizou em 187, contando com a participação de mais de 6000 entidades (CENTER, 2019a). No Brasil, os movimentos feministas passaram a adotar a campanha dos 16 dias de ativismo a partir de 2003. Porém, considerando a opressão pela cor da pele e classe social a que são submetidas as mulheres negras, as atividades iniciam no dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Em nível federal, as ações foram propostas pela Rede Feminista de Saúde; a instituição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas e Promoção de Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos, da Ouvidoria Parlamentar e da bancada feminina da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2003).

Entre 2004 e 2006 a campanha nacional ficou sob a coordenação da ONG feminista do Distrito Federal AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), mantendo convênio com Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, conforme relatório de gestão 2003-2006. (BRASIL, 2006) Em 2007, o mote da campanha passou a constar no calendário oficial da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), com ações sistemáticas pelo menos no dia 6 de dezembro, que foi a data instituída para o “Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, conforme a Lei nº 11.489/2007 (BRASIL, 2007).

Da mesma forma como o CWGL, as informações sobre os estados da federação que aderem à campanha e as ações efetivadas não são compiladas e organizadas de forma que possibilite uma análise e mensuração nacional de sua abrangência, seja pela administração pública, seja pelas organizações da sociedade civil que tratam do tema. A despeito disso, é possível afirmar que a campanha ocorreu pelo menos em uma oportunidade, por exemplo, em Brasília (BRASIL, 2015), Rio de Janeiro (BRASIL, 2014), São Paulo (BRASIL, 2015b), Mato Grosso do Sul (BRASIL, 2015c), Roraima (BRASIL, 2018), Rio Grande do Sul (MESA, 2014), dentre outros.

Segundo o relatório da CWGL a campanha mundial “deve ser vista como um afluente do movimento e, como tal, estreitamente integrada na mobilização feminista mais ampla para prevenir e combater a violência de gênero” apontando que nem sempre as ações se sustentam no tempo por conta da não implementação em rede, vinculando Estado e sociedade civil.

Não só a continuidade de campanhas, mas as ações efetivas que dela florescem dependem de progressivas mudanças estruturais na política e na dinâmica social. Htun e Weldon (2012) realizaram uma profunda pesquisa de análise das circunstâncias em que se dão as mudanças sociais no combate à violência contra as mulheres numa perspectiva global (70 países ao longo de quatro décadas: 1975–2005). O estudo mostra que é a mobilização feminista na sociedade civil, e não as atividades legislativa e executiva, que representa a principal variável de mudança e de desenvolvimento de políticas de enfrentamento da violência de gênero.

O impacto das normas globais no mercado interno e a elaboração de políticas depende da presença movimentos feministas, apontando para a importância do ativismo contínuo [...] Movimentos autônomos articulam as perspectivas sociais dos grupos marginalizados, transformam a prática social e mudam a opinião pública. Eles conduzem uma política abrangente de mudança à medida que eleitores, líderes cívicos e ativistas pressionam decisores políticos a responder às suas exigências e os próprios formuladores de políticas se tornam simpáticos aos objetivos do movimento (HTUN; WELDON, 2012, p. 564).

Nessa linha de raciocínio, pode-se inferir que um dos fatores que mantém a campanha dos 16 dias de ativismo é a flexibilidade para a sua implementação, na medida em que pode se adaptar à realidade social do lugar e de como a população se organiza frente a esses desafios no enfrentamento das violências, priorizando a autonomia dos movimentos locais: “A organização autônoma garante que as palavras se tornem ações. Na sociedade civil, as pessoas assumem os significados normativos oferecidos por novas leis e normas globais e tornar eles próprios, aplicando-os aos seus próprios contextos, dando-lhes carne e sangue”. (HTUN; WELDON, 2012)

2. IMPLEMENTAÇÃO DA CAMPANHA NO MUNICÍPIO DE TAQUARA: COMUNICANDO PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A violação de direitos humanos perpetrada pela categoria masculina infelizmente é uma realidade no Brasil e não seria diferente no Vale do Paranhana, especificamente na cidade de Taquara.

A literatura que versa sobre autonomia, desenvolvimento e construção de regiões e cidades com qualidade de vida está intimamente ligada a sensação de bem estar social que atravessa as pessoas que lá vivem. Furtado (1984) conceitua o desenvolvimento em duas vertentes. A primeira relacionada a evolução da produção e sua valorização social com a ideia de acumulação com o intuito de elevar a produtividade da força de trabalho, que entendesse por desenvolvimento econômico. A segunda diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas, das relações e das construções intra e intersubjetivas, sendo a segunda o objeto de reflexão desta pesquisa com foco no desenvolvimento regional.

A visão que tenho do desenvolvimento é a de um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. Em nossa civilização, o processo de desenvolvimento se faz com crescente ampliação da base material da cultura e também com enriquecimento do horizonte de expectativas do ser humano. Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade. (FURTADO, 1984, p. 63)

Desta forma, os estudos em desenvolvimento regional funcionam como veículos para o entendimento de que os sujeitos e os coletivos se movem em contextos vivenciais complexos, construindo saberes, atuações e significados, não somente no campo econômico, mas sim no campo relacional.

Não por acaso, um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU) trate especificamente do respeito aos direitos das mulheres. O Objetivo nº 5.2: “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” tem como premissa a reflexão sobre as formas de garantir que “todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade” (ONU, 2015). Ou seja, o desenvolvimento de uma região ou país não depende somente das questões econômico-financeiras, mas da

equidade nas oportunidades estabelecidas entre as pessoas que neles vivem.

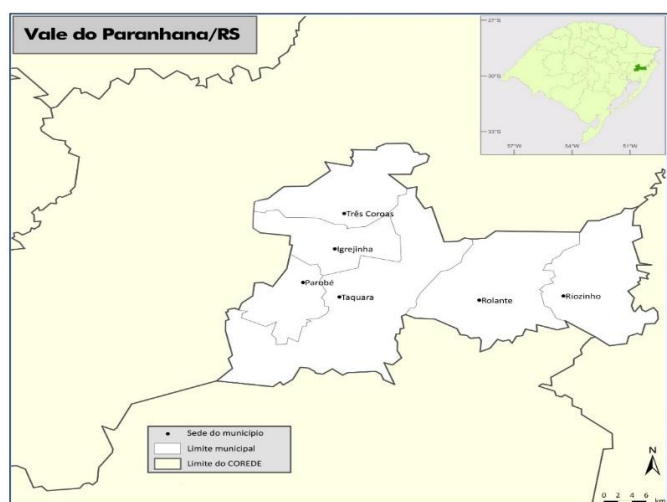
Saffioti (2004) afirma que não há cumplicidade das mulheres no que se refere às agressões dos homens, o que há é uma negligência do Estado que lhe nega o direito a uma vida sem violências e conseqüentemente cedem por falta de informação, por falta de acesso a políticas públicas de equidade, por dependência financeira e emocional, enfim por falta de uma agenda pública que lhes possibilite a construção de novas possibilidades.

Logo, o propósito desta seção é realizar uma breve contextualização do município de Taquara e, posteriormente, abordar a dinâmica de implementação da Campanha do 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, identificando nas programações realizadas nos anos de 2017 e 2018 a descentralização das atividades e das respectivas coordenações que foram revezadas entre poder público e sociedade civil organizada. A principal fonte de pesquisa foi a página da campanha local na rede social *Facebook*, bem como nas matérias das mídias locais e do site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

3. CONTEXTO MUNICIPAL

Taquara é um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. É um município de colonização predominantemente alemã localizada na Encosta Inferior do Nordeste. O município abriga, em seu território, atividades que surgiram a partir dos empreendimentos familiares dos imigrantes, em grande parte de origem germânica, ligados em sua maioria aos setores de comércio, prestação de serviços, ensino e saúde. Conforme a figura 1, Taquara se encontra centralizada em relação à região do Vale do Paranhana, sendo o município que deu origem aos demais: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante e Três Coroas.

Figura 1 – Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul – 10/01/2008

Elaboração: SEPLAG/DEPLAN – 03/2010

O município de Taquara, segundo dados do IBGE/2010, possui um total de 27.777 mulheres, sendo 23.286 na zona urbana e 4.491 na zona rural, 3.434 mulheres com deficiência e 6.981 mulheres chefes de família, frente a uma população estimada em 2010 de 54.643 pessoas. Os números apontam que mais da metade da população taquarense é formada por mulheres.

De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o estado do Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de 4,3 homicídios por 100 mil mulheres inferior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres.

Como acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres negras e pardas. Ao se comparar as taxas de homicídios de mulheres verificadas em 2014 com as taxas referentes ao ano de 2006, verifica-se que essa violência letal vem se agravando no tempo: tanto a taxa de homicídios de mulheres brancas residentes no estado aumentou em 46%, passando de 2,8 a 4,1, quanto a taxa de homicídios de mulheres negras e pardas aumentou em 52%, passando de 3,1 a 4,7 homicídios por 100 mil mulheres.

No que concerne às ocorrências de estupro registradas em 2014, cujos números foram consolidados no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o estado do Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de

ocorrências de estupro superior à taxa de estupro registrada no país, O Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos. No que diz respeito ao serviço do Ligue-180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), cujos dados são consolidados no Balanço 2014 Ligue-180, o número de relatos de violência por grupo de 100 mil mulheres registrado no estado apontou índice superior à taxa do Brasil, foram registradas 44.668 ocorrências relacionadas à violência contra mulheres, perfazendo uma taxa de 765,3 ocorrências para cada 100 mil mulheres residentes no Estado.

É possível verificar o crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior, conforme dados do Atlas da Violência publicado em 2019 (BRASIL, 2019).

No Brasil, a violência contra a mulher ainda é muito forte e há muito a ser feito. Devido a tal constatação, no município de Taquara, no ano de 2017, deu-se início à agenda dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, com gestão multisetorial envolvendo sociedade civil organizada e órgãos de governo municipal, estadual e federal, tendo como objetivo debater de forma ampla, transversal, democrática e descentralizada a condição da mulher no âmbito municipal, informando a comunidade e elaborado matrizes de políticas públicas municipais para o combate a todo o tipo de violência contra a mulher.

4. UMA LUTA NO CONTEXTO REGIONAL: OS 16 DIAS DE ATIVISMO EM TAQUARA (RS)

Considerando esse contexto nacional e estadual de escalada nos números da violência de gênero, foi estabelecida em 2011 a Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Criou-se, então, um grupo de trabalho composto por parlamentares e representantes de movimentos sociais, poder público e judiciário para implementação de ações conjuntas de conscientização e combate às violências contra a mulher (MOLINA, 2011)

A pioneira iniciativa tinha como metas a promoção de audiências públicas, seminários sobre a violência de

gênero, criação de cartilhas, capacitação de servidores e o fortalecimento de redes de proteção e articulações com governo: ampliando o número de centros de referência, secretarias, coordenadorias e conselhos da mulher nos municípios (MOLINA, 2012)

A partir de diversas ações realizadas, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a contar com uma representação do Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas (*HeForShe*) da ONU, vindo ao encontro do simbolismo da Frente Parlamentar que se caracterizou por ser um compromisso assumido por homens, ao contrário do que geralmente ocorre com os movimentos de reivindicação feministas pela igualdade de gênero. (ANTUNES, 2017)

Nesse contexto, outras Frentes Parlamentares com o mesmo propósito foram se instituindo pelo estado do Rio Grande do Sul. Em 2015 já somavam 60 Câmaras Municipais com trabalhos voltados para o problema da violência de gênero. Em setembro de 2017, a Câmara Municipal de Taquara fez a primeira reunião da Frente Parlamentar, tendo como pauta a organização dos 16 dias de ativismo na cidade. (TAQUARA, 2017)

Foram convidadas instituições públicas e privadas, movimentos sociais, igrejas e entidades da sociedade civil, que se organizaram conforme as suas realidades, o que proporcionou uma programação com 25 atividades, conforme o quadro 2 (LINDEN, 2017).

Quadro 2: Programação realizada em 2017 na campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher em Taquara-RS

<p>20/11: Audiência Pública: O protagonismo e lutas da Mulher Negra: Roda de Conversa com o Coletivo Afro Juventude Novo-hamburguense; Apresentação de trabalho de pesquisa da estudante de História Solange Benck: Mulheres Guerreiras do Vale do Paranhana.</p> <p>Coord. Mesa Diretora da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Taquara / Local: Câmara de Vereadores e Vereadoras</p>
<p>21/11: Debate: A violência contra a mulher no Mundo do Trabalho</p> <p>Coord. Servidores e Magistrados da Justiça do Trab. de Taquara / Local: Foro da Justiça do Trab. de Taquara</p>

<p>22/11: Lançamento da exposição fotográfica: O silêncio também é uma arma.</p> <p>Coord. Departamento de Polícia Civil / Local: Polícia Civil de Taquara</p>
<p>24/11: Sarau “Elas por Elas”</p> <p>Coord. Coletivo LGBTQ+ de Taquara / Local: Espaço Comunidade Paranhana</p>
<p>25/11: Pedágio Consciente e Intervenção Social</p> <p>Coord. Col. Fem. do Vale do Paranhana – Desperta / Local: Rua Júlio de Castilhos – Centro</p>
<p>26/11: Intervenção: É preciso falar com meninos e homens</p> <p>Coord. Grupo de Jovens Protagonistas e Educador Social João Batista / Local: Parque do Trabalhador – Taquara</p> <p>Palestra: Qual o lugar da mulher?</p> <p>Coord. Igreja Adventista / Local: Igreja Adventista do bairro Mundo Novo</p>
<p>28/11: Sarau do Carinho</p> <p>Coord. Eliane Benck e Solange Benck / Local: Centro Educacional Índio Brasileiro Cezar</p>
<p>29/11: Debate: Tipos de Violência Contra as Mulheres</p> <p>Coord. Secretaria Municipal da Saúde / Local: Centro Educacional Índio Brasileiro Cezar</p>
<p>30/11: Ação do Comitê Impulsionador do RS do “He for She”</p> <p>Coord. Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT / Local: Campus da FACCAT</p>
<p>01/12: Leitura dialogada com as organizadoras do Livro “Somos todas Uma”</p> <p>Coord. Col. Fem. do Vale do Paranhana – Desperta / Local: Centro Educacional Índio Brasileiro Cezar</p>
<p>02/12: Roda de Chimarrão: “O Empoderamento no Varal”</p> <p>Coord. Col. Fem. do Vale do Paranhana – Desperta / Local: Parque do Trabalhador – Taquara</p>
<p>03/12: Palestra: Lei Maria da Penha</p> <p>Coord. Igreja Adventista / Local: Igreja Adventista do bairro Medianeira</p>

<p>04/12: Mulheres que vivem a deficiência e sofrem violência</p> <p>Coord. Mesa Diretora da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Taquara / Local: Câmara de Vereadores e Vereadoras.</p>
<p>05/12: Debate: Vamos conversar sobre Violência Doméstica?</p> <p>Coord. Mesa Diretora da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Taquara / Local: Câmara de Vereadores e Vereadoras</p> <p>Palestra: Sinais, como enfrentar a violência doméstica?</p> <p>Coord. Assoc. de Moradores do Morro da Cruz e Bairro Campestre / Local: Sede da Assoc. de Moradores do Morro da Cruz.</p>
<p>06/12: Roda de conversa com mulheres</p> <p>Coord. Grupo de Mulheres do Pega-Fogo / Local: Comunidade de Pega-fogo baixo</p> <p>Mecânica Básica para Mulheres</p> <p>Coord. Oficina mecânica Suprema / Local: Oficina mecânica Suprema</p>
<p>07/12: Formatura do Projeto: Violência Doméstica NÃO!</p> <p>Coord. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes / Local: EMEF Getúlio Vargas</p> <p>Intervenção: Carinho é a maior arma para combater a violência de Gênero</p> <p>Coord. Coletivo de Adolescentes do Lar Padilha / Local: Lar Padilha</p>
<p>08/12: Exibição do Documentário: Prazer Norma</p> <p>Coord. Col. LGBTQ+ de Taquara / Local: Centro Educacional Índio Brasileiro Cesar</p>
<p>09/12: Intervenção: Artistas na Rua: Diga Não à Violência!</p> <p>Coord. Diretoria de Cultura Municipal / Local: Rua Júlio de Castilhos – Centro</p>
<p>10/12: Festival: JuntXs: Nenhum direito a menos! Os Direitos Humanos que Queremos!</p> <p>Coord. Diretoria de Cultura Municipal / Local: Parque do Trabalhador – Taquara</p> <p>Palestra: 2 mil anos de Bíblia e 68 anos de Direitos Humanos</p> <p>Coord. Igreja adventista / Local: Igreja adventista do Centro</p>

Fonte: Página do Facebook da Campanha local.

diversos aspectos que giraram em torno da violência de gênero. Desde a divulgação de pesquisa acadêmica sobre a história de luta das mulheres da região do Vale do Paranhana, no lançamento da campanha, passando pelas questões de violências no local de trabalho e no ambiente doméstico, na perspectiva instigar quais são os papéis das mulheres e dos homens nessas relações. O enfoque da repressão contra as violências também ganhou espaço, principalmente com a discussão sobre a aplicação da Lei Maria da Penha.

No segundo ano, o tema da campanha foi “Viver em paz é viver sem medo” e se pautou mais na temática do empoderamento de meninas e mulheres, segundo a Vereadora Mônica Facio, coordenadora geral da campanha no município. Conforme quadro 3, houve uma redução no número de ações, sendo realizadas 16 no total. Por outro lado, houve um aumento do número de entidades ou grupos que se revezaram na coordenação dos trabalhos: 21 coordenações diferentes em 2018, enquanto, em 2017 foram 17 (LINDEN, 2018).

Quadro 3: Programação realizada em 2018 na campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher em Taquara-RS

<p>20/11: Exibição do Documentário e Exposição Fotográfica: A Voz do Quilombo</p> <p>Coord. Mesa Diretora da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Taquara e EEEM Felipe Marx / Câmara de Vereadores e Vereadoras</p>
<p>21/11: Distribuição de “Fanzines” sobre a Violência contra a Mulher</p> <p>Coord. Alunas EMEF Getúlio Vargas / Local: Centro da cidade de Taquara</p>
<p>22/11: Atividade Cultural “Mística e Sagrado Feminino”</p> <p>Coord. Instituto Federal e Educação do Rio Grande do Sul – Campus Rolante / Local: Parque do Trabalhador – Taquara</p>
<p>23/11: Jogos das perguntas Difíceis de responder – Valorização da Mulher</p> <p>Coord. ONG Vida Breve / Sede da ONG Vida Breve</p>

Pode-se observar que a programação realizada no primeiro ano propiciou espaços de discussão sobre

<p>25/11: Roda de Conversa com a Autora: Patrícia Maria Ingrasiotano sobre o Livro: A Ontologia do Sagrado Feminino: A Outra História Precisa ser contada</p> <p>Coord. Centro Naturista Colina do Sol / Colina do Sol</p>
<p>26/11: Palestra: Tipos e Natureza da Violência contra a Mulher - Eliete Ribeiro Falcão</p> <p>Coord. Sec. Municipal de Saúde / Local: Centro Educacional Índio Brasileiro Cesar</p>
<p>27/11: Cantando e Encantando para as Mulheres de Taquara</p> <p>Coord. Sec. de Desenvolvimento Social – CRAS/ CREAS / Local: Rua Coberta, Centro de Taquara</p>
<p>28/11: Roda de conversa: A Beleza da Mulher, onde está?</p> <p>Coord. Studio D’ellas / Local: Studio D’ellas</p>
<p>30/11: Formatura das Meninas do Projeto Meninas Cidadãs e Exposição de Fotos do Projeto</p> <p>Coord. Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes / Centro Educacional Índio Brasileiro Cesar</p>
<p>01/12: Roda de Conversa: A Empregabilidade da Mulher Trans</p> <p>Coord. Col. Desperta LGBTQ+ / Local: Espaço Comunidade Paranhana</p>
<p>02/12: “Mina Vota em Mina”: O protagonismo feminino na militância política</p> <p>Coord. Col. Fem. Desperta, Col. Afrojuventude, Col. Ocupação Feminista e Canal Segundo sexo Também Fala / Local: Espaço Comunidade Paranhana</p>
<p>04/12: Paineis sobre a questão Quilombola: Documentário A Voz do Quilombo²</p> <p>Coord. Justiça do Trab. de Taquara e EEEM Felipe Marx / Foro Justiça do Trab. de Taquara</p>
<p>05/12: Roda de conversa: Falando sobre Violência, medo e silêncio</p> <p>Coord. Coordenação do Curso de Psicologia da Faccat / Colégio Theóphilo Sauer</p>

<p>06/12: Precisamos falar da saúde da Mulher</p> <p>Coord. Coordenação do Curso de Enfermagem da Faccat e Associação de Moradores do Bairro Morro da Cruz / Local: Salão Comunidade Schalon Morro da Cruz</p>
<p>08/12: Jovens Debatem a Condição da Jovem Mulher: Painéis: EMEF Zeferino Vicente Neves Filho (Importância da Mulher da Segunda Guerra Mundial); EMEF Getúlio Vargas (Automutilação e depressão Adolescente); EMEF Alípio Alfredo Sperb (Em Briga de Marido e Mulher metemos a Colher);</p> <p>Colégio Santa Teresinha (Mulher e Mídia); Colégio industrial Monteiro Lobato – Cimol (Aplicativo de Combate a Violência Contra a Mulher)</p> <p>Coord. Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes / Centro Educacional Índio Brasileiro Cesar</p>
<p>10/12: Dia Internacional de Direitos Humanos: Apresentação do Vídeo: Em Briga de Marido e Mulher Metemos a Colher – EMEF Alípio Sperb; Apresentação dos dados do Projeto Meninas cidadãs; Apresentação do Documentário: O Início da Minha Construção como Mulher</p> <p>Coord. Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher / Local: Câmara de Vereadores e Vereadoras</p>

Fonte: Página do Facebook da Campanha local (2018)

Analisando as 41 atividades realizadas desde a implementação da campanha no município, podemos observar uma diminuição da participação de entidades da sociedade civil do primeiro ano, onde esteve presente em mais da metade das atividades, para o segundo ano, com 1/3 de trabalhos coordenados. Nessa análise, chama atenção a presença de 5 ações coordenadas por instituições religiosas em 2017 que não se mantiveram em 2018. Além disso, houve uma inexpressiva participação das associações privadas, somente uma coordenação em cada ano, considerando que no município existem 300 entidades dessa natureza, segundo o Mapa das OSCS, elaborado pelo IPEA (2019).

Quadro 4: Número de entidades ou grupos que participaram da coordenação de ações na campanha dos 16 dias de ativismo no município de Taquara, nos anos de 2017 e 2018

² Painelistas: Ivonete Carvalho - ex-Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos; Ubirajara Carvalho Toledo - Secretário Geral do IACOREQ; Roberta Liana Vieira - Representante dos servidores negros no

Comitê de Equidade, Gênero, Raça e Diversidade do TRT4; Sandro Lemos - Liderança do Quilombo Lemos; Karen Santos, professora estadual, ativista do movimento negro e vereadora de Porto Alegre (PSOL/RS)

Organizadores de atividades	2017	2018
Órgãos públicos	8	7
Sociedade civil	14	6
Empresas	2	2
Instituição de ensino fundamental	0	1
Instituição de ensino médio	0	2
Instituição de ensino Superior	1	3
Sociedade Civil		
Movimento social	8	5
Instituição religiosa	5	0
Associação	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, observa-se, a partir do quadro 4 que a participação de órgãos públicos tem uma relevante importância para a manutenção da campanha, mantendo-se praticamente igual na programação dos dois anos. Entretanto, observa-se uma ausência de ações protagonizadas por órgãos importantes no enfrentamento da violência contra a mulher, como o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Justiça Estadual, Brigada Militar, Hospitais, dentre outros.

Outro dado interessante é a crescente atuação das instituições de ensino na campanha, considerando que em 2017 apenas uma das ações foi proposta pelo meio acadêmico e que foram 6 no ano de 2018. A despeito de contar com duas diferentes instituições de ensino superior (uma de Taquara e outra do município de Rolante).

Porém, foi a participação do ensino fundamental e médio que chama mais atenção pela profundidade dos debates realizados: a) os estudantes do 9º ano da Escola Estadual Felipe Marx realizaram uma pesquisa sobre o Quilombo existente no município que gerou uma exposição de fotos e um documentário intitulado ‘A Voz

do Quilombo’. Os trabalhos foram apresentados em duas oportunidades em 2018 e revelaram alguns aspectos da realidade de uma comunidade que é praticamente invisibilizada socialmente, principalmente quanto às questões de gênero; b) estudantes da Escola Municipal de ensino Fundamental Getúlio Vargas produziram e distribuíram no centro da cidade um “fanzine” com informações sobre a violência contra a mulher; c) estudantes de várias escolas do município apresentaram suas pesquisas e debateram as questões que envolvem as realidades da mulher jovem.

A defesa intransigente dos direitos das mulheres, desencadeada principalmente pelas agendas descentralizadas e democráticas dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, fomentou a implantação de uma política pública de educação para equidade no município. A Lei 6187/2019, que visa discutir na rede pública de ensino o papel da mulher na sociedade, conduz reflexões para que as meninas participantes consigam identificar situações de violência, violação de direitos e relacionamentos abusivos e tóxicos. A tônica é o empoderamento que, através da tomada de consciência, orienta pelo conhecimento a denunciar e eliminar qualquer relação afetiva que seja atravessada por violências.

Também a partir dos debates e provocações ocorridos durante essas ações as Faculdades Integradas de Taquara (Faccat), iniciam dois serviços gratuitos para mulheres em situação de violência: 1) Núcleo de Atendimento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência, como o objetivo de interromper o ciclo de violência doméstica e não (re)viverem situações de violência em um segundo relacionamento; 2) Núcleo de Atendimento em Direito as Mulheres vítimas de Violência, com objetivo de orientar mulheres sobre seus direitos decorrentes de um processo de separação. (LINDEM, 2017)

No município de Taquara, o debate em torno da condição da mulher na contemporaneidade vem tomando um espaço interessante tanto por dentro das agendas de governo como da sociedade civil organizada, apontando um novo modelo de gestão das políticas públicas, onde o debate da equidade toma o lugar do debate da igualdade, sendo que esse momento só é possível por que foi dado à comunidade não só um

lugar de fala, mas também um lugar de escuta, lugar de cuidado. O papel dos 16 dias nesta lógica é fundamental, pois debate e articula possibilidades de mudanças sociais com a própria comunidade, atuando em conjunto para a eliminação de mitos e dogmas que somente o conhecimento pode realizar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços empreendidos ao longo de décadas, os temas que circundam a violência de gênero persistem na construção patriarcal e machista da sociedade que ainda tolera a tentativa de silenciamento e de invisibilidade da mulher, com a ideia de inferioridade ao homem. Aliam-se a isso os movimentos de ‘empreendedores morais’ que veem os debates sobre gênero como algo a ser sufocado e eliminado.

Nessa perspectiva, romper o silêncio e seguir debatendo é, sem dúvidas, uma necessidade na sociedade contemporânea. Desde sua primeira edição, a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher trata de mobilizar diversos atores públicos e privados, chamando atenção do mundo para a conscientização sobre as violências contra mulheres.

O presente estudo se propôs a traçar parte da trajetória de construção dessa campanha mundial, identificando a pluralidade de agentes responsáveis pela criação dos espaços de convivência e de formação de mulheres que, originalmente, se deu no meio acadêmico. A principal conquista da campanha em nível mundial foi a mobilização que resultou no reconhecimento das violências contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos pela Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em Viena 1993. Em 2018, a adesão de países à campanha alcançou 187 países e mais de 6000 entidades promotoras das atividades.

No Brasil, que possui assustadores números de violência de gênero, a campanha fora implementada como política de governo, tendo a partir de 2004 a coordenação da ONG feminista do Distrito Federal AGENDE, em convênio mantido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Embora com uma construção diversa da campanha mundial, pautada pelo caráter de formação pela base da sociedade, a campanha brasileira não se efetivou nacionalmente, mas se

mantém em alguns estados e municípios, com mobilização partindo do poder público e, principalmente, das iniciativas das entidades da sociedade civil e movimentos feministas.

Foco principal da presente pesquisa, o município de Taquara, no Rio Grande do Sul, após intensas agendas na campanha realizada em dois anos seguidos, tem colhido seus primeiros resultados. Adotando a sistemática original da campanha: flexibilidade para a implementação, adaptação à realidade social do lugar, priorização da autonomia dos movimentos locais, o município parece estar em sintonia com o que Htun e Weldon (2012) apontam, na medida em que a mobilização na sociedade civil, e não as atividades legislativa e executiva, é a principal variável de mudança e de desenvolvimento de políticas de enfrentamento da violência de gênero.

Não se pode afirmar que a violência contra a mulher no município tenha diminuído após a adoção da campanha. Entretanto, o que se observa é o aparecimento de estruturas de enfrentamento às violências. Três são os exemplos principais: a) O programa de educação para equidade para meninas que se tornou lei municipal (Lei 6187/2019), que visa discutir na rede pública de ensino o papel da mulher na sociedade e a tomada de consciência frente às violências de gênero; b) Núcleo de Atendimento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência e Núcleo de Atendimento em Direito as Mulheres vítimas de Violência, ambos os serviços propostos pelas Faculdades Integradas de Taquara (Faccat).

O rompimento com o legado de seis mil anos de exclusão social e morte de mulheres deixado pelo patriarcado (PERROT, 2005) passa pela substituição do debate da igualdade pelo da equidade, dando maior visibilidade para as questões de gênero. Para além dos exemplos acima citados, acreditamos que a multiplicidade de agentes e de lugares que se abrem para receberem as atividades fomentam os ‘espaços de convivência’ pensados inicialmente por Charlotte Bunch, diretora fundadora do *CWGL*, que criam possibilidades para o empoderamento de fato, fazendo dos participantes potenciais defensores da causa. (EISLER, 2016)

O desenvolvimento como um mito econômico, tem base na noção hegemônica do desenvolvimento apenas como fonte monetária, limitando assim o pleno entendimento da realidade complexa dos seres humanos. Sendo que o excesso de preocupação com o progresso tecnológico e econômico deixa de lado questões sociais, culturais e seu impacto na vida das pessoas (FURTADO, 1996). Viver com violência é uma chaga que jamais se fecha, é uma chaga que se não tratada tem impactos severos na vida de toda comunidade e conseqüentemente no desenvolvimento da mesma, pois são as pessoas e seus modos de vida que produzem o local.

O papel de campanhas como a dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher é o lugar da diversidade, do alargamento, pouco a pouco, do entendimento sobre as questões de gênero e do combate a todas as formas de violência. Se passarmos a pensar a partir da premissa das ODS da ONU, onde se busca que “todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade” (ONU, 2015), torna-se indispensável discutir formas de enfrentamento à violência de gênero de uma forma ampla e plural para que se vislumbre, de fato, um desenvolvimento sustentável.

Recomenda-se para futuros estudos uma abordagem de campo e a inclusão da análise dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher de 2019 em Taquara, na tentativa de captar as percepções tanto dos agentes envolvidos na organização das atividades da campanha quanto das(os) participantes, além de pesquisas de monitoramento/avaliação de resultados do programa instituído pela lei municipal nº 6187/2019, bem como dos serviços dos Núcleos de atendimento oferecidos pela Instituição de ensino superior local.

Referências

16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – TAQUARA. Programação. Taquara, 12 nov. 2017. Facebook: 16diasdeativismo. [online] Disponível em: https://www.facebook.com/16diasdeativismo/posts/147005716051605?__tn__=K-R. Acesso em 04 set. 2019.

16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – TAQUARA. Programação 2018. Taquara, 14 nov. 2018. Facebook: 16diasdeativismo. [online] Disponível em: <https://www.facebook.com/16diasdeativismo/photos/a.151054758980034/352871285465046/?type=3&theater>. Acesso em 04 set. 2019.

ANTUNES, Marcelo. *Presidência da Assembleia lança comitê da ONU Mulheres pela igualdade de gênero*. Porto Alegre, 07 de abril de 2017. [online] Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/309087/Default.aspx>. Acesso em: 07 set. 2019.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2008. [online] Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Visão geral. Washington, 2011. [online] Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BARBOSA, M.G.; MUHL, E.H. *Educação, empoderamento e lutas pelo reconhecimento: a questão dos direitos de cidadania*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 789-802, jul./set. 2016.

BETIM, Felipe. As vozes da pequena grande batalha do SESC Pompeia. *El País*, São Paulo, 07 nov. 2017. [online] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. *Atlas da Violência 2019*. [online] Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publica/>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

_____. Câmara dos Deputados. Discursos e notas taquigráficas. Sessão de 25 nov. 2003. *Discurso pronunciado em sessão solene do Congresso Nacional por ocasião da comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher*. [online] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=022.1.52.N&nuQuarto=9&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:55&sgFaseSessao=HO&Data=25/11/2003>. acesso em 07 de set. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [online] Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacoes-de-mortalidade-sim.html>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [online] Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006*. Cria Mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 13.827 de 13 de maio de 2019*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm. Acesso em: 07 set. de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto 8.030 de 20 de junho de 2013*. Institui nova organização SPM. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8030.htm. Acesso em: 06 de set. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015*. Institui o Crime de Femicídio como crime hediondo. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 07 de set. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto nº 8.086 de 30 de agosto de 2013*. Institui o Programa Mulher Segura e Protegida. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos

termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.489, de 20 de julho de 2007*. Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. [online] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111489.htm. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1. Acesso em: 23 nov. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Rio de Janeiro na luta pelo fim da violência contra a mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/noticias-spm/noticias/rio-de-janeiro-na-luta-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Lançamento dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres em Brasília*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/noticias-spm/noticias/onu-lanca-16-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-com-a-participacao-da-spm/16dias.jpg/view>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Pedra fundamental da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo é lançada*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015b. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/noticias-spm/noticias/pedra-fundamental-da-casa-da-mulher-brasileira-de-sao-paulo-e-lancada>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Campo Grande sedia oficina sobre Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015c. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/noticias-spm/noticias/campo-grande-sedia-oficina-sobre-enfrentamento-ao-trafico-de-mulheres>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Casa da Mulher Brasileira de Boa Vista (RR) será inaugurada nesta segunda-feira*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2018. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/casa-da-mulher-brasileira-de-boa-vista-rr-sera-inaugurada-nesta-segunda-feira-3>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2013. [online] Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_com_pacta.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. *Relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2006. [online] Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/relatorio-de-gestao-2003-a-2006-seppir/view>. Acesso em: 07 set. 2019.

CENTER for women's global leadership. *De 16 a 365*. [online] Disponível em: <https://16dayscampaign.org/about-the-campaign/from-16-to-365/>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. *A life of its own: An assessment of the 16 days of activism against gender-based violence campaign*. New Brunswick: Center for women's global leadership. [online] Disponível em: <https://16dayscampaign.org/resource/a-life-of-its-own-an-assessment-of-the-16-days-of-activism-against-gender-based-violence-campaign/>. Acesso em: 07 set. 2019.

DAMASCENO, P.; PONTES, D. *Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: Avanços, conquistas e desafios contemporâneos*. Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

EISLER, Riane (2016) "A Conversation with Charlotte Bunch: Seeing Women's Rights as Human Rights," *Interdisciplinary Journal of Partnership Studies*: Vol. 3: Iss. 3, Article 2. [online] Disponível em:

<http://pubs.lib.umn.edu/ijps/vol3/iss3/2>. Acesso em: 07 set. 2019.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

_____, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HTUN, Mala; WELDON, S. Laurel. The Civic Origins of Progressive Policy Change: Combating Violence against Women in Global Perspective, 1975–2005. *American Political Science Review*, [s.l.], v. 106, n. 3, p.548-569, 30 jul. 2012. [online] Disponível em: http://ncdsv.org/images/APSR_CivicOriginsProgressivePolicyChangeCombatingVAWinGlobalPerspective-1975-2005_8-2012.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Mapa das organizações da sociedade civil*. Brasília. [online] Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?avancado=>. Acesso em 08 set. 2019.

LINDEN, Vinícius. Frente Parlamentar promove 16 dias de ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. *Jornal Panorama*, Taquara, nov. 2017. [online] Disponível em: <http://www.jornalpanorama.com.br/novo/frente-parlamentar-promove-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 17 out. 2019.

LINDEN, Vinícius. Frente Parlamentar promove 16 dias de ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. *Jornal Panorama*, Taquara, nov. 2018. [online] Disponível em: <http://www.jornalpanorama.com.br/novo/taquara-da-inicio-a-programacao-dos-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 17 out. 2019.

LINDEN, Vinícius. Núcleo de Atendimento em Psicologia e Direito a mulheres vítimas de violência. *Jornal Panorama*, Taquara, jun. 2017. [online] Disponível em: <http://www.jornalpanorama.com.br/novo/criado-nucleo-de-atendimento-as-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-em-taquara/>. Acesso em: 10 novembro 2019.

LOURENÇO, N.; CARVALHO, M. J. L. Viver sem medo. Conhecer a violência contra a mulher para a prevenir e combater. In: *Faces de Eva – Estudos sobre a mulher*, n.º 6. Edições Colibri, 2001 (pp. 9–26).

MESA, Luana. *SPM divulga ações dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

- 24 nov. 2014. [online] Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/spm-divulga-acoes-dos-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contras-as-mulheres>. Acesso em: 07 set. 2019.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018, pp.47-61. [online] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 nov. 2019.
- MOLINA, Leandro. *Edegar Pretto mobiliza Grupo de Trabalho para ações de combate à violência contra as mulheres*. Porto Alegre, 12 de julho de 2011. [online] Disponível em:- <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/263244/Default.aspx>. Acesso em: 07 set. 2019.
- MOLINA, Leandro. *Edegar Pretto: Grupo de Trabalho de Frente Parlamentar se reúne para planejamento de ações em 2012*. Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2012. [online] Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/270660/Default.aspx>. Acesso em: 07 set. 2019.
- NOGUEIRA, Gilmaro; COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. da UFGD, 2015. p.353-358.
- OBEID, Catharina. Judith Butler é agredida ao embarcar no aeroporto de Congonhas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2017. [online] Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas,70002079863>. Acesso em: 23 nov. 2017.
- ONU. *Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)*. Viena: 1993. [online] Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.
- ONU. Organizações das Nações Unidas. Violência contra as mulheres é ‘pandemia global’, diz chefe da ONU. [online] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contras-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/>. Acesso em 26 de junho de 2019.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 13 out. 2015. [online] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23 set. 2019.
- PERROT, Michelle. *A história dos quartos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Edusc, Bauru-SP, 2005.
- PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-512.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Indicadores da Violência Contra a Mulher. [online] Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contras-a-mulher>. Acesso em 07 de setembro de 2019.
- ROCHE, Susan E.; BIRON, Katy; REILLY, Niamh. Sixteen Days of Activism Against Gender Violence. *Violence Against Women*, [s.l.], v. 1, n. 3, p.272-281, set. 1995. SAGE Publications.
- RUTGERS university. *Center for Women's Global Leadership: Our history*. [online] Disponível em: <https://cwgl.rutgers.edu/about/our-history>. Acesso em: 03 set. 2019.
- SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, Patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)
- SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a legislação brasileira. *Revista Katálysis*, [s.l.], v. 21, n. 3, p.534-543, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6794869>. Acesso em 07 set. 2019.
- TAQUARA. Câmara Municipal. *Câmara de taquara organiza os 16 dias de ativismo*. Taquara, 26 de setembro de 2017. [online] Disponível em: https://www.camarataquara.rs.gov.br/camara/conteudo/publicacoes/Noticias/1/2017/1102#lista_texto_news. Acesso em: 07 de set. 2019.
- _____. Câmara Municipal. *Programa Meninas Cidadãs*. Taquara, 16 de abril de 2019. [online] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/t/taquara/lei-ordinaria/2019/619/6187/lei-ordinaria-n-6187-2019-fica-instituido-o-projeto-meninas-cidadas-na-rede>

municipal-de-ensino-de-taquara-rs. Acesso em: 10 de nov.2019.

UN WOMEN. *Facts and figures: Ending violence against women*. nov. 2019. [online] Disponível em:

<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em: 23 nov. 2019.